

Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências  
Vol. 17 n. 3 (set-dez de 2015)

## Editorial

No fechamento desta edição, estivemos imersos em inúmeros debates no campo da educação. Um deles, relativo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo documento preliminar encontra-se aberto à consulta pública. Apesar de estar prevista nas Diretrizes Curriculares e aprovada no Plano Nacional de Educação, um intenso debate tem sido realizado sobre o sentido desta Base, sobre a necessidade da mesma e de seus desdobramentos. Se tomarmos o espectro de posições, favoráveis e contrárias à BNCC, vemos que vários desses posicionamentos convergem ao indicar a necessidade de preservar a diversidade cultural e de abordagens dos temas de escolarização e, ao mesmo tempo, a proposição de objetivos educacionais básicos e fundamentais, a serem preservados e garantidos a todos (Batista, Lugli e Ribeiro, 2015).

No entanto, há que se reconhecer a precariedade das condições de produção do documento preliminar e, ainda, o exíguo tempo destinado à consulta pública. Disso resultam problemas de diversas ordens na proposta, seja quando se consideram sua estrutura e organização, seja quando examinamos em detalhe as proposições feitas nas áreas de conhecimento e componentes curriculares. Não foram dadas condições mínimas para que uma posição hegemônica fosse sendo construída, nem mesmo entre aqueles que consideram a BNCC um vetor de mudanças desejáveis na educação brasileira. Preocupa, sobretudo, que esse debate, embora intenso no meio acadêmico, inexistente entre os professores e escolas da Educação Básica, a quem compete, supostamente, concretizar suas intenções educativas.

Nesse sentido, é necessário rever os prazos inicialmente previstos para consolidação da proposta, que deveria ser precedida por uma ampla discussão sobre seu caráter, alcance e desdobramentos. A Base Comum deve indicar um currículo ideal ou um currículo mínimo? Como devem ser estabelecidos os tempos e orientações para a parte diversificada do currículo? Qual o nível de detalhamento desejável da proposta? Quais as implicações dessas definições para a avaliação de sistemas educativos, a produção de materiais didáticos e a formação, inicial e continuada de professores? O que se pretende com a Base? Quais os próximos passos?

Outro debate se abre em torno de cortes anunciados em órgãos do Ministério da Educação e em programas e políticas educacionais em andamento. Preocupa, entre outros, o debate sobre cortes anunciados no PIBID, Programa de Bolsas de Iniciação à Docência, da Diretoria da Educação Básica da CAPES. São notórias as contribuições deste programa para a formação de professores em sintonia com necessidades e realidade das escolas e dos estudantes da educação

básica (Gatti et al, 2014). O sucesso deste Programa depende fundamentalmente da figura do Professor Supervisor, com bolsa, reconhecimento e condições de atuar como um formador no contexto da Escola e da sala de aula. Tais condições incluem reuniões da equipe na Universidade e o diálogo crítico e propositivo com novas metodologias e abordagens educativas.

Cabe ressaltar que além das pressões e cortes nas políticas educacionais, acompanhamos também movimentos de cidadania e resistência, como a inesperada reação de estudantes secundaristas ao fechamento de escolas em São Paulo. Neste contexto, entendemos também como animadoras as produções de pesquisa publicadas neste volume que temos a honra de apresentar.

Os artigos deste volume tratam de temas de inegável relevância educacional. As temáticas do currículo e de reformas curriculares estão presentes no **artigo 1** (*As Complexidades Inerentes ao Tema 'Mudanças Climáticas': Desafios e Perspectivas para o Ensino de Física*), **artigo 3** (*As Reações dos Professores de Ciências diante da Implantação de Novo Currículo na Rede Estadual Paulista*) e na **resenha** do livro "A Complexidade aplicada à Educação: sustentabilidade, transdisciplinaridade e criatividade" de Moraes e Suanno (2014).

Estudos de processos de aprendizagem em salas de aula de ciências são tratados no **artigo 4** (*Imagens e Desenhos Infantis nos Processos de Construção de Sentidos em uma Sequência de Ensino sobre Ciclo da Água*), **artigo 5** (*Leitura em Sala de Aula de Ciências como uma Prática Social Dialógica e Pedagógica*) e **artigo 8** (*Argumentação e Orientações Discursivas na Educação em Ciências*).

A temática da avaliação, com estudos que alternam entre abordagens quali e quantitativas foram retratados nos **artigos 6** (*A Medida nas Pesquisas em Educação: Empregando o Modelo Rasch para Acessar e Avaliar Traços Latentes*) e **artigo 7** (*Análise Comparativa de Desempenho de Alunos de Ensino Médio em Atividade com Modelagem Computacional Exploratória e Atividade Tradicional sobre Movimento dos Corpos*).

Finalmente, outros quatro artigos apresentam-se no contexto de formação de professores, em diferentes abordagens, como o artigo 2 (*Promovendo a Alfabetização Científica através do Ensino Investigativo no Ensino Médio de Química: Contribuições para a Formação Inicial Docente*), artigo 9 (*Aprendizagem Docente no âmbito do PIBID/Física: a Visão dos Bolsistas de Iniciação à Docência*), artigo 10 (*A Formação Educacional na EJA: Dilemas e Representações Sociais*) e artigo 11 (*Mobilização do Conhecimento Socioambiental de Professores por meio do Desenvolvimento de Ações para Conservação de Nascentes Urbanas*).

Agradecemos, uma vez mais, à imprescindível colaboração de autores e avaliadores, bem como à equipe editorial da Revista. Desejamos a todos uma boa leitura.

Orlando Aguiar Jr  
Editor

Referências:

GATTI, B.; ANDRÉ, M.; GIMENES, N.; FERRAGUT, L. (2014) *Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)*. (Textos FCC, 41). São Paulo: FCC/SEP, 2014

BATISTA, A. G.; LUGLI, R.; RIBEIRO, V. Centralização e Padronização dos Currículos: Posições e Tomadas de Posição. *Anais da 37ª Reunião da ANPED*. Florianópolis: ANPED, 2015.